



RELATÓRIO DE
GESTÃO

2014

INTRODUÇÃO

Com este Relatório de Gestão, e com os restantes documentos da prestação de contas, pretende-se dar uma imagem da situação económica e financeira do Município de Melgaço, reportada a 31 de dezembro de 2014, espelhando a eficiência na utilização dos meios afetos à prossecução das atividades desenvolvidas e a eficácia na realização dos objetivos inicialmente aprovados, respondendo às questões dos munícipes.

O Relatório de Gestão que se apresenta está dividido, grosso modo, em duas partes, uma na qual se analisa detalhadamente a receita e outra escaupeliza a despesa, recorrendo-se à elaboração de quadros e gráficos para melhor evidenciar os dados tratados em cada capítulo. Para uma melhor perceção e comparação das variáveis mais significativas da gestão Municipal apresentam-se também elementos relativos à execução de anos anteriores.

Em traços genéricos, relativamente a 2014 podemos destacar o seguinte:

- uma diminuição da receita proveniente do Orçamento de Estado, de alguns impostos (IUC) e de rendimentos de propriedades (renda das eólicas);
- a redução da despesa, corrente e de capital, sobretudo com a aquisição de bens e serviços, em termos de nível de endividamento e com pessoal.

A primeira das características acima apontadas, trata-se de uma realidade em relação à qual o Município não tem grande poder de ação direta. Já em relação à segunda, realmente demonstra que, conforme referido no Relatório de Gestão de 2013, em relação à despesa, o Executivo Municipal implementou, no final do dito ano, uma série de medidas com vista a reduzir a despesa municipal cujo reflexo económico se verificou em 2014, isto sem prejuízo da qualidade dos serviços prestados aos munícipes.

De referir que, o atraso, por um lado, na aprovação das candidaturas apresentadas nas últimas oportunidades enquadradas no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio 2007-2013 e, por outro lado, na abertura do atual Quadro (2014-2020), assumiu repercussões diversas no período de gestão aqui em apreço, pois o Município avançou com vários investimentos para os quais só obteve financiamento já em 2015 e em alguns casos ainda nem sequer tem garantido qualquer apoio.

Posto isto, apresenta-se o presente Relatório, elaborado de acordo com as normas estabelecidas para o efeito e, dos conteúdos tratados, destacam-se os dados relativos a execução orçamental, sendo disponibilizadas informações relativas à receita e despesa previstas no Orçamento de 2014, com especial relevância para a execução anual do Plano Plurianual de Investimentos.

A prestação de contas obedece ao disposto no POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e a organização e documentação das contas observa, ainda, as instruções da Resolução n.º 4/2001 – 2.ª Seção do Tribunal de Contas, de 12 de Julho de 2001, alterada pela Resolução n.º 6/2013 do Tribunal de Contas, de 21 novembro, que obriga a remeter informação adicional sobre as entidades participadas, decorrentes da aplicação da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

A finalizar, informa-se que o Relatório e Conta de Gerência do Município de Melgaço, relativos ao ano económico de 2014, são submetidos à aprovação pela Câmara Municipal e posteriormente remetidos à mui nobre Assembleia Municipal de Melgaço para apreciação e votação na sessão ordinária do mês de Abril e, ainda, enviados ao Tribunal de Contas, conforme o disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea i) e ww), na alínea j), do n.º 1, do artigo 35.º, e na alínea l), do n.º 2, do artigo 25.º, no artigo 27.º, n.º 2, todos do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o vertido no artigo 76.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro.

RECEITA

No exercício económico de 2014, a execução da receita, no montante de 11.343.991,33 €, situou-se nos 70,54%, tendo atingido 91,64% na receita corrente e de 25,23% na receita de capital. Esta taxa de execução orçamental na receita de capital é o reflexo do atraso do Quadro comunitário de apoio Portugal 2020, cujas previsões de abertura de candidaturas apontavam para o ano económico de 2014, facto que não veio a ocorrer.

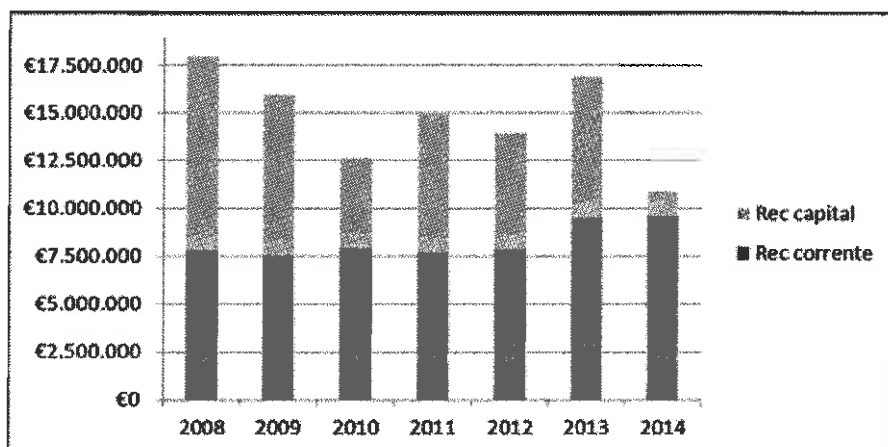


Gráfico n.º 1 – Evolução da Receita cobrada de 2008 a 2014

Execução Orçamental da Receita por capítulos:

	2014	% Total	2013	% Total
01 - Impostos Directos Correntes	1.448.784,61 €	12,77%	1.244.062,77 €	7,37%
02 - Impostos Indirectos	59.047,24 €	0,52%	61.994,25 €	0,37%
04 - Taxas, Multas e O. Penalidades	56.858,93 €	0,50%	59.953,52 €	0,36%
05 - Rendimentos de Propriedade	1.361.063,06 €	12,00%	1.443.647,18 €	8,56%
06 - Transferências Correntes	5.729.729,76 €	50,51%	5.854.136,24 €	34,70%
07 - Vendas de Bens Serviços	870.824,71 €	7,68%	787.410,50 €	4,67%
08 - Outras Receitas Correntes	77.104,00 €	0,68%	48.530,78 €	0,29%
09 - Venda de Bens de Investimento	12.000,00 €	0,11%	- €	0,00%
10 - Transferência de Capital	1.257.206,29 €	11,08%	4.030.249,78 €	23,89%
11 - Ativos Financeiros	8.247,53 €	0,07%	14.184,11 €	0,08%
12 - Passivos Financeiros	- €	0,00%	3.257.480,00 €	19,31%
13 - Outras Receitas de Capital	15.485,97 €	0,14%	67.142,07 €	0,40%
15 - Reposiç. não Abatidas Pagament.		0,00%		0,00%
16 - Saldo da Gerência Anterior	447.639,23 €	3,95%		0,00%
TOTAL	11.343.991,33 €		16.868.791,20 €	

As transferências do Orçamento de Estado constituem a maior componente da receita municipal com um peso no ano de 2014 de 52,65%.

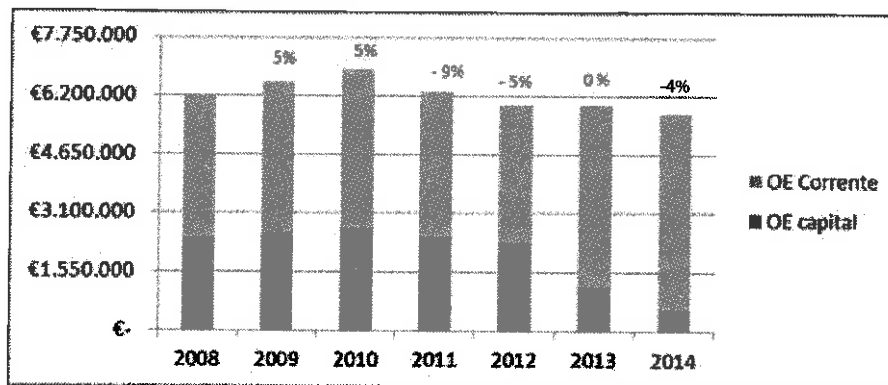


Gráfico n.º 2 – Evolução das Transferências do OE de 2008 a 2013

A receita proveniente da comparticipação de projectos financiados por Fundos Comunitários evidencia o encerramento do quadro comunitário de apoio 2007-2013 (pese embora alguns programas tendo aberto em regime de overbooking ainda em 2014, mas que o Município só obteve resposta em 2015) e ainda o atraso na abertura de candidaturas para o Portugal 2020.

	Fundos Comunitarios	% receita total
2008	1.755.213,74 €	9,76%
2009	2.247.952,86 €	14,11%
2010	1.487.955,53 €	11,77%
2011	4.571.550,34 €	30,67%
2012	3.015.360,83 €	21,65%
2013	2.838.247,78 €	16,82%
2014	688.021,29 €	6,07%

A diminuição da receita em 2014 em comparação com 2013, resulta da ausência de contracção de empréstimo de médio de longo prazo conjugado com os seguintes factores:

i) o aumento dos impostos municipais, cuja rubrica representa já 12,77 % da receita total e 15,09% da receita corrente:

	IMI	Taxa IMI	IMT	IUC	Imp abolidos	Total
2008	449.201,35 €	0,30%	158.221,30 €	90.738,81 €	1.060,62 €	699.222,08 €
2009	387.871,86 €	0,20%	103.533,30 €	112.247,97 €	82,81 €	603.735,94 €
2010	400.352,73 €	0,20%	115.619,85 €	126.629,71 €	495,35 €	643.097,64 €
2011	514.117,73 €	0,30%	126.784,05 €	129.928,71 €	- €	770.830,49 €
2012	505.337,46 €	0,32%	61.506,40 €	163.516,08 €	- €	730.359,94 €
2013	915.436,69 €	0,32%	86.926,01 €	241.700,07 €	- €	1.244.062,77 €
2014	1.077.911,68 €	0,32%	162.156,07 €	208.716,86 €	- €	1.448.784,61 €

Tabela n.º 01 – Evolução da cobrança de Impostos Municipais de 2008 a 2014

ii) a diminuição dos rendimentos de propriedade principalmente com origem no pagamento da renda de 2,5% da facturação do Parque Eólico do Alto Minho (Renda das Eólicas), representando 8,08% da receita total e 9,65% da receita corrente em 2014.

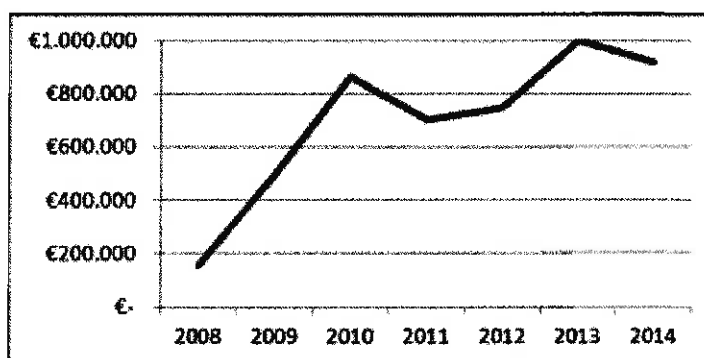


Gráfico n.º 3 – Evolução da Renda das Eólicas de 2008 a 2014

A receita proveniente da cobrança de tarifas no sector do Abastecimento de água, Saneamento e resíduos sólidos apresenta a seguinte evolução:

	Abast. Água	Saneamento	Resíduos sólidos
2008	238.781,70 €	170.500,17 €	120.852,83 €
2009	208.725,09 €	71.453,55 €	103.579,86 €
2010	201.828,37 €	75.249,31 €	113.446,11 €
2011	270.346,17 €	110.950,40 €	163.258,12 €
2012	238.858,14 €	109.306,87 €	154.885,96 €
2013	240.338,22 €	118.907,01 €	147.437,21 €
2014	276.015,01 €	173.622,55 €	199.307,72 €

Tabela n.º 02 – Evolução da cobrança de tarifas de 2008 a 2014

Evolução de indicadores 2008-2014

Indicadores de Estrutura da Receita	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Receita Propria / Receita Total	19,83%	11,09%	13,64%	13,95%	17,08%	14,63%	21,51%
Impostos Directos / Receita total	5,59%	3,79%	5,08%	5,11%	5,23%	7,37%	12,77%
Fundos Municipais(Correntes + Capital) / Receita Total	50,64%	41,98%	52,75%	41,87%	42,75%	35,37%	50,57%
Receitas correntes / Receitas totais	43,26%	47,01%	62,38%	51,43%	56,32%	56,31%	84,66%
Passivos Financeiros / Receita Total	0,00%	16,90%	2,91%	0,00%	0,00%	15,77%	0,00%
Transferências do Exterior(Correntes+Capital)/Receita total	80,17%	26,23%	21,98%	37,19%	29,73%	23,22%	11,02%
Fundos Comunitários / Receitas Totais	9,76%	14,11%	11,77%	30,67%	21,65%	16,82%	6,07%

DESPESA

A execução da despesa no exercício de 2014, no valor de 13.302.611,83 €, ascendeu a 69,64%, apresentando no último triénio uma diminuição progressiva como se verifica no seguinte gráfico:

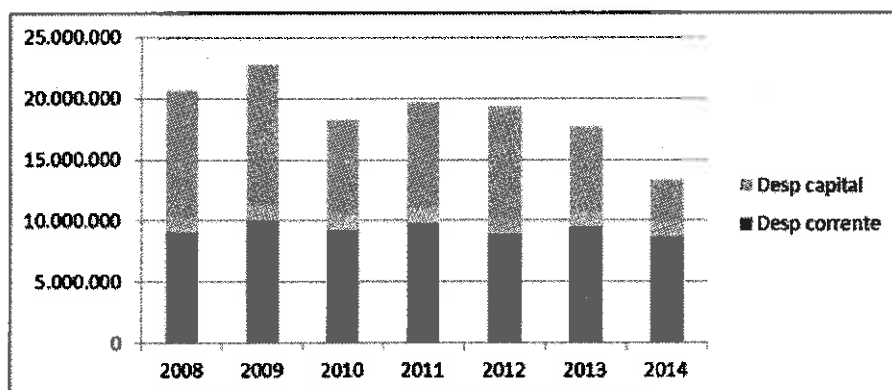


Gráfico n.º 4 - Evolução da despesa (compromissos) de 2008 a 2014

Execução Orçamental da Despesa por capítulos:

	2014	% Total	2013	% Total
01 - Despesas com o pessoal	4.602.914,00 €	34,60%	4.809.189,05 €	27,19%
02 - Aquisição de Bens e Serviços	3.336.723,64 €	25,08%	3.648.342,86 €	20,63%
03 - Juros e Outros Encargos	177.832,65 €	1,34%	315.661,62 €	1,78%
04 - Transferências correntes	424.583,00 €	3,19%	470.847,72 €	2,66%
05 - Subsídios	70.451,54 €	0,53%	144.399,26 €	0,82%
06 - Outras despesas correntes	84.824,69 €	0,64%	110.643,19 €	0,63%
07 - Aquisição de Bens de Capital	2.938.596,80 €	22,09%	6.078.114,20 €	34,36%
08 - Transferência de Capital	487.040,68 €	3,66%	105.860,81 €	0,60%
09 - Activos Financeiros	17.984,10 €	0,14%	7.650,00 €	0,04%
10 - Passivos Financeiros	1.161.660,73 €	8,73%	1.997.347,79 €	11,29%
11 - Outras Despesas de Capital	- €	0,00%	- €	0,00%
TOTAL	13.302.611,83 €		17.688.056,50 €	

A evolução das despesas com o pessoal tem uma correlação, não só com o número de trabalhadores e o seu índice salarial mas também, com as normas fixadas pelos sucessivos Orçamentos de Estado.

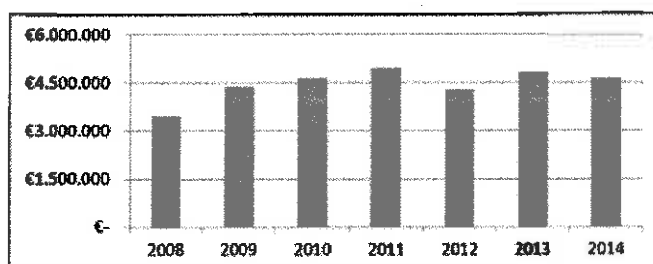


Gráfico n.º 5 - Evolução das despesas de pessoal de 2008 a 2014

A diminuição das despesas com o pessoal resulta da conjugação dos seguintes factores:

- diminuição de 3 chefes de divisão por aplicação da Lei 49/2012 de 29 de agosto;
- 5 aposentações (uma das quais só publicada em Janeiro de 2015);
- atribuição de 5 novas licenças sem vencimento. .

Contudo, por outro lado, verificou-se um aumento com os encargos de entidade relativos à Caixa Geral de Aposentações que passaram de 20% para 23,75 %, (de referir que de 2012 para 2013, estes encargos já tinham aumentado de 15% para 20 %).

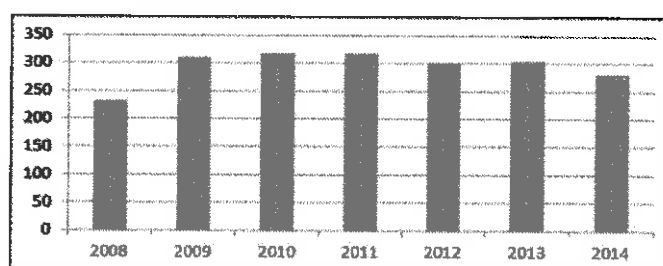


Gráfico n.º 6 - Evolução do nº de Trabalhadores de 2008 a 2014

	Dirigentes Intermédios	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Pessoal de Informática	Outros (AEC, CEI, etc)	Total
2010	6	34	57	186	6	28	317
2011	7	31	58	184	5	32	317
2012	7	32	56	175	5	24	299
2013	7	31	55	169	5	37	304
2014	3	34	54	164	5	21	281

À semelhança de 2013, a evolução do número de trabalhadores em 2014 reflecte o cumprimento da disposição do Orçamento de Estado (art 62º da LOE 2014) que impôs às autarquias locais a redução de 2% do número total de trabalhadores e de 50 % do número de trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo (com exclusão dos que sejam cofinanciados por fundos europeus, que por identidade de razão se considerou a exclusão dos Sapadores Florestais, por ser uma equipa financiada pela Autoridade Florestal Nacional com protocolo celebrado em 15/06/2009). Para efeitos desta redução, não é considerado o pessoal necessário para assegurar o exercício de actividades objecto de transferência ou contratualização de competências da administração central para as autarquias no domínio da educação.

Assim, no total de trabalhadores a 31/12/2014 estão incluídos, (sendo que os dois últimos grupos também não são considerados para efeitos da redução de trabalhadores imposta pelo Orçamento de Estado de 2014):

Professores AEC	5
Pessoal Contrato Execução	52
Monitores Pré-escolar	13
CEI	1
Estágios IEFP	2
Total	73

O investimento municipal traduz-se na rubrica orçamental de aquisição de bens de capital, apresentando-se abaixo a decomposição por sub-rúbricas, cuja discriminação detalhada se pode consultar no mapa de execução do Plano Plurianual de Investimentos:

	2014	% no Total	2013	% no Total
70102 Habitações	26.261,39 €	0,43%	35.769,86 €	0,59%
7010301 Instalações de serviços	291.263,57 €	4,79%	22.192,94 €	0,37%
7010305 Escolas	74.202,97 €	1,22%	2.850.830,61 €	46,90%
7010401 Viadutos, arruamentos e obras complementares	12.018,11 €	0,20%	246.683,45 €	4,06%
7010402 sistemas de drenagem de águas residuais	546.547,55 €	8,99%	419.320,06 €	6,90%
7010404 Iluminação pública	820.966,15 €	13,51%	686.507,33 €	11,29%
7010405 Parques e Jardins	21.296,49 €	0,35%	3.764,13 €	0,06%
7010406 Instalações Desportivas e Recreativas	13.120,79 €	0,22%	26.935,53 €	0,44%
7010407 Captação e Distribuição de água	307.409,22 €	5,06%	307.436,64 €	5,06%
7010408 Viação Rural	219.252,23 €	3,61%	561.455,32 €	9,24%
7010409 Sinalização e Trânsito	13.380,71 €	0,22%	10.560,22 €	0,17%
7010412 Cemitérios	6.714,02 €	0,11%	345.126,07 €	5,68%
7010413 Outros construções	25.630,49 €	0,42%	84.627,57 €	1,39%
7010602 Outro material de transporte	19.978,93 €	0,33%	- €	0,00%
70107 Equipamento de informática	36.073,29 €	0,59%	37.806,01 €	0,62%
70108 Software	63.880,06 €	1,05%	166.665,69 €	2,74%
70109 Equipamento administrativo	4.483,20 €	0,07%	5.335,71 €	0,09%
70110 Equipamento básico	319.262,31 €	5,25%	44.014,43 €	0,72%
70111 Ferramentas e utensílios	4.607,26 €	0,08%	3.989,73 €	0,07%
70115 outros Investimentos	112.248,06 €	1,85%	202.778,60 €	3,34%
703 Bens de domínio público	- €	0,00%	16.314,81 €	0,27%
TOTAL	2.938.596,80 €		6.078.114,71 €	

Aquisição de bens e serviços

As medidas levadas a cabo já no ano de 2013 de racionalização de despesa corrente, em diversas rubricas orçamentais, e igualmente prosseguidas em 2014 revelaram-se frutíferas sem condicionar o normal funcionamento dos serviços municipais.

Para melhor informação apresenta-se de seguida uma análise às despesas efectuadas e receitas no Sector Educação por não ser de leitura directa nos mapas de prestação de contas.

Assim, no ano de 2014 as despesas ascenderam a 512.256,71€. Este valor reflecte despesas de dois anos

lectivos, ou seja, do ano lectivo de 2013/2014 (com despesas de Janeiro a Julho de 2014) e do ano lectivo de 2014/2015 (com despesas de Setembro a Dezembro de 2014). Os níveis de ensino mais representativos para a despesa no sector da Educação são o pré-escolar e o 1º ciclo de ensino:

	Despesas 2014	Despesas 2013
Despesas com Serviços Externos		
Serviços de alimentação	27.723,02 €	34.788,07 €
Transporte Escolar	150.105,03 €	200.035,31 €
Atividades Extra-curriculares	19.508,88 €	19.508,88 €
Despesas com Pessoal		
Prolongamento de Horário pré-escolar	1.111,26 €	- €
Pré-Escolar (remunerações de pessoal não docente)	63.961,10 €	104.606,58 €
Pré-Escolar (prolongamento de horário)	87.259,71 €	81.216,53 €
Pré-Escolar (outras despesas)	9.716,21 €	5.323,80 €
1º Ciclo (remunerações de pessoal não docente)	117.033,68 €	126.114,48 €
1º ciclo (AEC)	27.301,11 €	35.563,30 €
1º Ciclo (outras despesas)	8.536,71 €	7.007,79 €
Acompanhamento socio-educativo (2012/2013)		3.678,63 €
TOTAL	512.256,71 €	617.843,37 €

A receita arrecada em 2014 resulta também de transferências respeitantes a anos lectivos anteriores, em resumo:

Receltas	2014 Observações		2013 Observações	
Transporte Escolar	69.454,00 €	Transferência DGAL	69.454,00 €	Transferência DGAL
	1.798,38 €	Passes Alunos	4.946,09 €	Passes Alunos
Atividades Extra Curriculares	14.895,49 €	Ano letivo 2013/2014	36.925,00 €	Ano letivo 2012/2013
	9.108,48 €	Ano letivo 2014/2015	10.487,64 €	Ano letivo 2013/2014
Refeições Escolares	12.528,00 €	Ano letivo 2013/2014	11.386,56 €	Ano letivo 2012/2013
	4.143,52 €	Ano letivo 2014/2015	5.256,59 €	Participação alunos
Componente Apoio à Família	60.616,72 €	Ano letivo 2013/2014	56.536,09 €	Ano letivo 2011/2012
	41.235,28 €	Ano letivo 2014/2015	79.463,20 €	Ano letivo 2012/2013
			13.067,36 €	Ano letivo 2013/2014
Sub - total	213.779,87 €		287.522,53 €	
Pessoal não docente - Pré-Escolar	23.265,25 €	Acordo de Cooperação	69.337,14 €	Acordo de Cooperação
Pessoal não docente - 1º ciclo	36.257,80 €	Acordo de Cooperação	88.771,36 €	Acordo de Cooperação
Sub - total	59.523,05 €		158.108,50 €	
TOTAL	273.302,92 €		445.631,03 €	

Adicionalmente as despesas com o 2º e 3º ciclo de ensino, designadamente as remunerações do pessoal têm participação através do Acordo de Cooperação, com excepção dos trabalhadores cedidos ao Agrupamento de Escolas que excedem o rácio estipulado.

Evolução de indicadores:

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Receita total / Despesa Total	80,78%	90,99%	96,94%	102,62%	96,09%	100,71%	85,28%
(Receita Total-Passivos Financeiros) / Despesa Total	80,78%	75,62%	94,12%	102,62%	96,09%	84,83%	85,28%
Despesa de Pessoal / Despesa Total	22,03%	24,74%	34,97%	33,43%	28,94%	28,35%	34,60%
Aquisição de Bens e Serviços correntes / Despesa total	16,30%	16,68%	15,38%	13,87%	13,27%	19,33%	25,08%
Serviço dívida/ Despesa Total	10,43%	9,07%	11,63%	10,44%	10,37%	9,04%	9,82%
Aquisição de Bens de Investimento / Despesa total	40,27%	41,05%	30,08%	33,34%	34,18%	33,86%	22,09%
Despesas de Pessoal / Fundos Municipais Correntes	53,84%	64,76%	68,38%	77,80%	70,47%	79,57%	80,00%
Aquisição de Bens e Serviços correntes / Fundos Municipais Correntes	39,83%	43,67%	30,08%	32,28%	32,32%	54,25%	58,17%
Serviço da Dívida / Fundos Municipais Correntes	25,50%	23,75%	22,74%	24,29%	25,24%	25,38%	22,77%

REGRA DO EQUILIBRIO ORÇAMENTAL

No art. 40º da Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro (RFALEI), sob a epígrafe “ Equilíbrio orçamental “, é estipulado que os orçamentos prevêem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas, sendo que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.

O cálculo detalhado das amortizações médias, apresentado em anexo, resulta num total de 1.255.514,11€.

Assim sendo, apresentam-se os cálculos agregados para a aferição do equilíbrio orçamental na execução orçamental do ano económico de 2014:

	2014
Receita corrente cobrada bruta	9.606.235,90 €
amortizações médias	1.255.514,11 €
Limite	8.350.721,79 €
Despesa corrente paga	7.635.704,25 €
diferença	715.017,54 €

ENDIVIDAMENTO

No final de 2014, o saldo de empréstimos de médio e longo prazo era de 8.661.425,10 €, sendo que se verificou a amortização final de dois empréstimos de acordo com os respectivos planos da dívida (conforme se pode analisar detalhadamente no mapa de empréstimos da gerência).

A diminuição da dívida de passivos financeiros é considerável tendo-se consolidado desde 2009, com a excepção de no ano de 2013 por ter sido contratado o empréstimo PAEL, conforme se constata no seguinte gráfico:

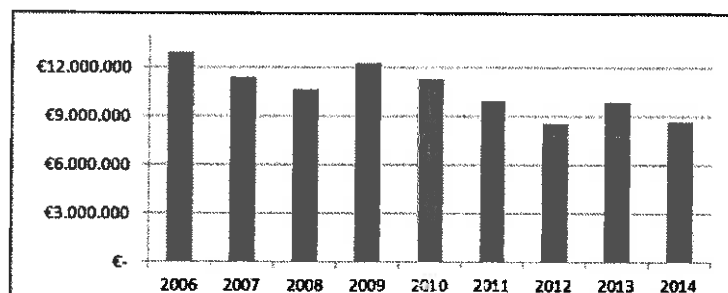


Gráfico n.º 7- Evolução dos empréstimos de médio e longo prazo

As amortizações do capital contratados dos empréstimos representam 89% do serviço da dívida. Por outro lado, o serviço da dívida de médio e longo prazo representa apenas 9,82% da Despesa, sendo que as amortizações têm um peso de 8,73% na Despesa.

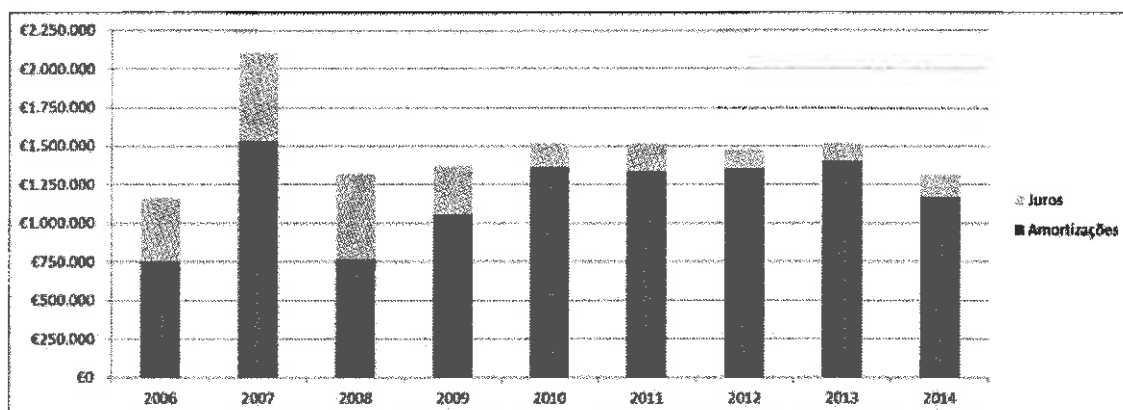


Gráfico n.º 8 - Evolução do serviço da dívida

Nos Termos do Orçamento de Estado para 2014 (artigo 94º), a redução do endividamento nas autarquias locais tem de ser aferida pelos parâmetros:

- até ao final do ano de 2014, redução para além do já previsto no PAEL, aprovado pelo Decreto –Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, no mínimo 10 % dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias, registados no Sistema Integrado de Informação da Administração Local (SIAL) em Setembro de 2013.
- o aumento de receita do IMI , resultante do processo de avaliação geral dos prédios urbanos e da alteração do artigo 49.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 215/89, de 1 de julho, é obrigatoriamente utilizado na redução do endividamento de médio e longo prazo e ou, pagamento de dividas a fornecedores registadas no SIAL a 30 de agosto de 2013.

1. Pagamentos em atraso (dados reportados no SIAL)

Pagamentos em atraso		Verificação dos Limites	
2011	3.772.207,92 €	1. Pag atraso Set -13	1.873.467,58 €
2012	3.528.897,83 €	2. redução despesa PAEL	367.489,54 €
Set-13	1.873.467,58 €	3. Diferença (1-2)	1.505.978,04 €
2013	1.204.920,00 €	4. 10% Pag atraso Set- 13 (10%x1)	187.346,76 €
1Trim 2014	1.179.777,77 €	5. limite maximo pag atraso (3-4)	1.318.631,28 €
2Trim 2014	1.179.538,87 €	6. Pag atraso Dez-2014	1.090.848,13 €
3Trim 2014	1.176.588,77 €	7. Redução adicional (margem)	227.783,15 €
4Trim 2014	1.090.848,13 €		
<hr/>			
redução set/13	782.619,45 €		

2. Redução do endividamento de médio e longo prazo versus o aumento de receita do IMI resultante da avaliação geral dos prédios urbanos e da alteração do Estatuto dos Benefícios Fiscais:

	Diminuição do Endividamento de médio e longo prazo	IMI resultante da AG*	IMI resultante do EBF**
2013	1.399.347,79 €	138.906,45 €	---
2014	1.168.507,25 €	183.972,38 €	1.334,75 €

* informação da Autoridade Tributária e Aduaneira por mail de 30-09-2014.

** informação da Autoridade Tributária e Aduaneira por mail de 04-10-2014.

LIMITE AO ENDIVIDAMENTO LIQUIDO MUNICIPAL

(Artigo 37º da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro – Lei das Finanças Locais)

Data de reporte	Limites ao endividamento		Endividamento		Capital em dívida excepcionado	Situação (Margem/Excesso)	
	Líquido	Médio e longo prazo	Líquido	Médio e longo prazo		Líquido	Médio e longo prazo
	1	2	3	4		5+3	7+2+4
31-12-07	8.160.677,98 €	6.528.542,38 €	5.614.640,82 €	6.501.059,23 €	4.877.250,63 €	2.546.037,36 € (margem)	27.483,15 € (margem)
31-12-08	8.661.193,56 €	6.928.954,85 €	8.068.449,00 €	5.996.717,31 €	4.617.324,77 €	592.744,56 € (margem)	932.237,54 € (margem)
31-12-09	9.089.324,04 €	7.271.459,23 €	12.370.141,51 €	7.934.652,14 €	4.312.807,89 €	3.280.817,47 € (excesso)	663.192,91 € (excesso)
31-12-10	9.222.016,08 €	7.377.612,86 €	10.421.346,25 €	6.741.272,73 €	4.512.325,40 €	1.199.330,18 € (excesso)	636.340,13 € (margem)
31-12-11	8.531.526,06 €	6.825.220,85 €	0,00 €	5.770.704,50 €	4.142.754,60 €	8.531.526,06 € (margem)	1.054.516,35 € (margem)
31-12-12	-172.089,47€	6.325.058,93€	- 320.284 €	4.787.946 €	3.775.077 €	148.194 € (margem)	1.537.113 € (margem)
31-12-13	-172.089 €	6.725.768 €	-3.494.455 €	6.452.589 €	3.370.516 €	3.322.366 € (margem)	273.198 € (margem)

Nota: O conceito de endividamento líquido municipal só é aplicável até ao ano económico de 2013.

DÍVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS

(Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro)

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI) veio, no seu art.º 52.º, estabelecer um novo conceito no que concerne o endividamento municipal a partir de 2014, que é o de dívida total de operações orçamentais. O limite da dívida total que não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. O limite da dívida total para 2014, nos termos do n.º 1 do art.º 52º do RFALEI é calculado então da seguinte forma:

	Receita Corrente Líquida 2011	Receita Corrente Líquida 2012	Receita Corrente Líquida 2013	Média (2011,2012, 2013)	Limite (2014) = 1,5 * Média (2011,2012,2013)
MELGAÇO	7.666.635,00 €	7.842.788,00 €	9.499.489,00 €	8.336.304,00 €	12.504.456,00 €

A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento junto de instituições financeiras, bem como os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais:

Calculo da Divida Total

Município (artº 52º do RFALEI)	Observações	valor
Dívida de Balanço	Balanço 2014 (Dividas a Terceiros: curto, médio, longo prazo)	13.102.996,29 €
Adiantamento conta de vendas		- 12.000,00 €
Fundo de Apoio Municipal		- 563.834,38 €
Operações de Tesouraria		- 584.490,44 €
	total (1)	11.942.671,47 €
Entidades Participadas (artº 54º do RFALEI)		valor
	Entidades Intermunicipais, Associações de Municípios, etc (2)	466.700,34 €
	Divida Total (1)+(2)	12.409.371,81 €
	Margem de endividamento	95.084,19 €

Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)

O Município de Melgaço, por deliberação da Assembleia Municipal, de 28-09-2012 aderiu ao PAEL, no âmbito do Programa II, criado pela Lei 43/2012 de 28 de agosto e Portaria 281-A/2012 de 14 de Setembro, com o objectivo de proceder à regularização do pagamento de dívidas a fornecedores vencidas há mais de 90 dias à data de 31 de Março de 2012.

O contrato de empréstimo relativo ao PAEL outorgado em 16/11/2012, com um aditamento em 05/02/2013 fixando o seu valor em 2.130.366,25 €, foi objecto de visto prévio do Tribunal de Contas em 03/04/2013.

O valor utilizado do empréstimo contudo situou-se em 2.105.126,00 €, sendo que a primeira tranche no valor de 1.491.256,38 € foi recebida em 24/04/2013 e a segunda tranche no valor de 613.869,62 € foi recebida em 09/09/2013.

A diferença resulta na impossibilidade de efetuar o pagamento a alguns fornecedores, apesar das diligências dos serviços municipais, por razões não imputáveis ao Município, a saber:

- Cessação de actividade de alguns fornecedores em sede de IRS, IVA e IRC, sem que tenham acautelado a situação de créditos pendentes nas escrituras de dissolução de sociedade ou então este documento não foi enviado ao Município;
- falecimento de um prestador de serviços cuja habilitação de herdeiros não menciona a dívida.

Contudo, os serviços municipais e o consultor jurídico do município estão a analisar estas situações de forma a não prejudicar as entidades envolvidas.

Tendo-se efectuado a primeira amortização deste empréstimo ainda em 2013, apresenta-se um resumo da sua evolução:

	Capital em dívida	amortização	juros	taxa
2013	2.029.942,92 €	75.183,08 €	21.951,99 €	2,60%
2014	1.879.576,76 €	150.366,16 €	48.160,01 €	2,19%

O Município deve apresentar informação sobre a aplicação do PAEL e a implementação das medidas apresentadas no PAF, conjuntamente com o Relatório de prestação de contas. A DGAL disponibilizou os respectivos templates em Excel com as matrizes correspondentes à informação que deverá constar dos relatórios a apresentar, que se encontram preenchidos em anexo ao presente relatório de gestão.

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL)

QUADRO I: SÍNTESE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA ATUAL E PREVISÕES DE EVOLUÇÃO

Município:

Melgão

Descrição			Valores Apurados 2012	Desvio face ao previsto em PAF	Valores estimados PAF		Valores Apurados 2013 (acumulado)	Desvio face ao previsto em PAF	Valores estimados PAF		Valores Apurados 2014 (acumulado)	Desvio face ao previsto em PAF	Observação / Justificação
	2011	2012 (est.)			2013	2014							
A1. Saldo inicial (de operações orçamentais)	506.059,41	1.389.935,51	891.662,58	-498.272,93	989.925,43	323.470,18	-666.455,25	1.223.734,67	442.334,74	-781.399,93			
A2. Reposições não abatidas nos pagamentos	189.897,83	500,00	35.911,95	35.411,95			0,00		5.304,49	5.304,49			
A3. Receita efetiva	14.811.362,98	13.617.987,07	13.229.858,81	-388.128,26	16.158.813,56	13.597.127,09	-2.561.686,47	12.560.816,76	10.888.104,57	-1.672.712,19			
A3.1. Receita corrente	7.666.634,94	7.670.465,49	7.842.812,90	172.347,41	7.761.562,19	9.499.735,24	1.738.173,05	7.777.061,76	9.603.412,31	1.826.350,55			
A3.2. Receita capital (s/ ativos e passivos financ.) ... da qual	7.144.728,04	5.947.521,58	5.387.045,91	-560.475,67	8.397.251,37	4.097.391,85	-4.299.859,52	4.783.755,00	1.284.692,26	-3.499.062,74			
A3.2.1. Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	12.000,00			
A4. Despesa efetiva	13.240.518,06	13.299.342,89	12.461.422,23	-837.920,66	17.144.798,77	14.744.928,85	-2.399.869,92	11.209.458,31	9.994.959,12	-1.214.499,19			
A4.1. Correntes ... das quais	8.314.728,70	7.623.938,27	7.480.186,82	-143.751,45	7.694.278,99	8.967.369,93	1.273.090,94	6.695.958,31	7.635.704,25	939.745,94			
A4.1.1. Juros	333.599,97	400.119,34	389.259,19	-10.860,15	372.395,95	299.682,71	-72.713,24	339.387,03	175.949,22	-163.437,81			
a. Resultantes do PAEL				0,00	41.146,50	21.951,99	-19.194,51	51.136,39	48.160,01	-2.976,38			
b. Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	187.254,98	185.103,43	128.794,11	-56.309,32	152.113,00	97.315,08	-54.797,92	152.250,64	96.166,56	-56.084,08			
c. Resultantes de endividamento de curto prazo	146.344,99	215.015,91	260.465,08	45.449,17	179.136,45	180.415,64	1.279,19	136.000,00	31.622,65	-104.377,35			
A4.1.2. Despesas com pessoal	4.917.826,37	4.431.437,59	4.204.516,02	-226.921,57	4.229.472,35	4.767.555,26	538.082,91	4.148.032,39	4.584.277,87	436.245,48			
A4.2. Despesas de capital (s/ ativos e passivos financ.)	4.925.789,36	5.675.404,62	4.981.235,41	-694.169,21	9.450.519,78	5.777.558,92	-3.672.960,86	4.513.500,00	2.359.254,87	-2.154.245,13			
A5. Saldo global	1.570.844,92	318.644,18	768.436,58	449.792,40	-985.985,21	-1.147.801,76	-161.816,55	1.351.358,45	893.145,45	-458.213,00			
A5.1. Saldo corrente	-648.093,76	46.527,22	362.626,08	316.098,86	67.283,20	532.365,31	465.082,11	1.081.103,45	1.967.708,06	886.604,61			
A5.2. Saldo de capital	2.218.938,68	272.116,96	405.810,50	133.693,54	-1.053.268,41	-1.680.167,07	-626.898,66	270.255,00	-1.074.562,61	-1.344.817,61			
A6. Saldo primário	1.904.444,89	718.763,52	1.157.695,77	438.932,25	-613.589,26	-848.119,05	-234.529,79	1.690.745,48	1.069.094,67	-621.650,81			
A7. Ativos financeiros líquidos amortizações	-28.657,02	-6.460,38	-18.670,63	-12.210,25	-15.000,00	6.534,11	21.534,11	-15.000,00	-9.736,57	5.263,43			
A7.1. Receitas de ativos financeiros	4.492,98	5.014,62	4.753,55	-261,07	5.000,00	14.184,11	9.184,11	5.000,00	8.247,53	3.247,53			
A7.2. Despesas de ativos financeiros	33.150,00	11.475,00	23.424,18	11.949,18	20.000,00	7.650,00	-12.350,00	20.000,00	17.984,10	-2.015,90			
A8. Passivos financeiros líquidos amortizações	-1.346.482,56	-712.693,88	-1.353.870,30	-641.176,42	1.234.794,45	1.260.132,21	25.337,76	-1.365.621,66	-1.161.660,73	203.960,93			
A8.1. Receitas de passivos financeiros	90.000,00	687.987,58	687.987,58	0,00	2.684.720,25	3.257.480,00	572.759,75	0,00	0,00	0,00			
A8.2. Despesas de passivos financeiros	1.436.482,56	1.400.681,46	2.041.857,88	641.176,42	1.449.925,80	1.997.347,79	547.421,99	1.365.621,66	1.161.660,73	-203.960,93			
a. Resultantes do PAEL				0,00	152.169,02	75.183,08	-76.985,94	152.169,02	150.366,16	-1.802,86			

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL)

QUADRO I: SÍNTESE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA ATUAL E PREVISÕES DE EVOLUÇÃO

Município:

Melgão

Descrição			Valores Apurados 2012	Desvio face ao previsto em PAF	Valores estimados PAF	Valores Apurados 2013 (acumulado)	Desvio face ao previsto em PAF	Valores estimados PAF	Valores Apurados 2014 (acumulado)	Desvio face ao previsto em PAF	Observação / Justificação
	2012	2013									
b. Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	1.346.482,56	712.693,88	1.353.870,30	641.176,42	1.297.756,78	1.324.164,71	26.407,93	1.213.452,64	1.011.294,57	-202.158,07	
c. Resultantes de endividamento de curto prazo	90.000,00	687.987,58	687.987,58	0,00	0,00	598.000,00	598.000,00	0,00	0,00	0,00	
A9. Receita total	15.095.753,79	14.311.489,27	13.958.511,89	-352.977,38	18.848.533,81	16.868.791,20	-1.979.742,61	12.565.816,76	10.901.656,59	-1.664.160,17	
A10. Despesa total	14.710.150,62	14.711.499,35	14.526.704,29	-184.795,06	18.614.724,57	16.749.926,64	-1.864.797,93	12.595.079,97	11.174.603,95	-1.420.476,02	
A11. Saldo para a gerência seguinte	891.662,58	989.925,43	323.470,18	-666.455,25	1.223.734,67	442.334,74	-781.399,93	1.194.471,47	169.387,38	-1.025.084,09	
A12. Serviço da dívida	1.770.082,53	1.800.800,80	2.431.117,07	630.316,27	1.822.321,75	2.297.030,50	474.708,75	1.705.008,69	1.337.609,95	-367.398,74	
A13. Endividamento total	17.174.050,22	15.348.817,41	14.856.237,54	-492.579,87	14.738.424,33	13.358.594,99	-1.379.829,34	12.314.335,09	13.102.996,29	788.661,20	
A13.1 Bancário	9.913.459,10	8.562.952,92	8.562.953,54	0,62	9.888.557,00	9.823.085,75	-65.471,25	8.508.443,00	8.661.425,02	152.982,02	
A13.1.1 Médio e longo prazo	9.913.459,10	8.562.952,92	8.562.953,54	0,62	9.888.557,00	9.823.085,75	-65.471,25	8.508.443,00	8.661.425,02	152.982,02	
a. Resultante do PAEL				0,00	1.978.197,00	2.029.942,92	51.745,92	1.826.028,00	1.879.576,76	53.548,76	
b. Outro endividamento bancário de médio e longo prazo c)	9.913.459,10	8.562.952,92	8.562.953,54	0,62	7.910.360,00	7.793.142,83	-117.217,17	6.682.415,00	6.781.848,26	99.433,26	
A13.1.2 Curto prazo				0,00			0,00			0,00	
A13.2 Fornecedores	6.267.690,82	5.504.053,93	6.293.284,00	789.230,07	4.240.780,33	2.480.456,52	-1.760.323,81	3.253.535,09	2.572.695,64	-680.839,45	
A13.3 Outra dívida a terceiros não financeiros	992.900,30	1.281.810,56		-1.281.810,56	609.087,00	1.055.052,72	445.965,72	552.357,00	1.868.875,63	1.316.518,63	
A14. Prazo médio de pagamento (n.º dias)	82	143	109	-34,00	105		-105,00	77		-77,00	

c) Corresponde à conta 2312 (incluindo designadamente os empréstimos do IHRU/INH)

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL)

QUADRO II: MEDIDAS PROPOSTAS NO PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO

Município:

Matos

Data:

Descrição das medidas	Data início prevista para o início da execução da medida	Valor executado em 2011 (em €)	Quantificação do impacto financeiro previsto para 2012 (em €)		Valores executados 2012 (em €)		Quantificação do impacto financeiro previsto para 2013 (em €)		Valores executados 2013 (em €)		Quantificação do impacto financeiro previsto para 2014 (em €)		Valores executados 2014 (em €)		Justificação da implementação da medida (ata de reunião, edital, despacho, ...)	Quantificação dos impactos da medida
			Valor executado em 2012 (em €)	Devídu face ao previsto (em %)	Valor executado em 2012 (em €)	Devídu face ao previsto (em %)	Valor executado em 2013 (em €)	Devídu face ao previsto (em %)	Valor executado em 2013 (em €)	Devídu face ao previsto (em %)	Valor executado em 2014 (em €)	Devídu face ao previsto (em %)				
													Valor ano	Devídu face ao previsto		
B.1 Aumento da receita																
1. Maximização dos preços cobrados pelo município, através da reapreciação dos tarifários	01-01-2013	270.315,69					34.500,00	13%		13%	46.356,15	17%				
2. Otimização e racionalização das taxas cobradas pelo município																
3. Outras medidas com impacto no aumento da receita																
Impostos Municipais: IMI	01-01-2013	518.117,73	0,00				102.117,66	20%	915.436,69	20%	162.474,99	32%	1.077.911,68			
Participação variável no IRS	01-01-2012	0,00	132.573,00		132.573,00	0%	132.573,00		132.573,00		132.618,00		132.618,00			
... discriminar cada medida numa linha																
Total Aumento de receita (B.1)		784.433,42	132.573,00	17%	132.573,00		269.190,66	34%	269.190,66	34%	341.449,14	44%				
B.2 Redução da despesa																
4. Redução/contenção/racionalização da despesa municipal com atividades que tenham impacto direto na diminuição de custos de funcionamento de infraestruturas municipais		444.439,09					175.204,97	39%		39%						
5. Outras medidas com impacto na redução da despesa																
Otimização da despesa a áreas dos serviços urbanos	01-01-2013	95.000,00	2.500,00				8.500,00	9%		9%						
Diminuição de custos de oficina com a frota municipal	01-01-2013	129.279,26					22.534,54	17%		17%						
Racionalização dos custos na área das tecnologias de informação e informática	01-01-2013	62.466,07					38.083,95	61%		61%						
Redução de Custos com o pessoal	01-06-2013	196.949,39					90.675,95	46%		46%	206.275,05	105%				
... discriminar cada medida numa linha																
Total Poupança gerada pela redução da despesa (B.2)		928.133,81	2.800,00	0%	0,00		334.999,41	36%	334.999,41	36%	206.275,05	22%				
B.3 Outras medidas																
6. Informação referente a eventual concessão pública que se encontrem a desenvolver b)																
7. Informação referente a processos judiciais e extrajudiciais pendentes, em resultado dos quais resulte significativo impacto financeiro para o município b)	01-01-2013															
8. Outras medidas b)							157.116,95									
... discriminar cada medida numa linha																
Total aumento receita / poupança gerada pelas outras medidas (B.3)							157.116,95		157.116,95		0,00					
Total impacto esperado (B.1+B.2+B.3)		2.712.241,23	136.073,00		132.573,00		761.307,02	44%	761.307,02	44%	547.724,19	32%				

b) Indicação do tipo de impacto que podem ter: no caso de aumento de receitas indicar com sinal positivo; no caso de aumento da despesa indicar com sinal negativo.

c) Devem ser registadas todas as medidas implementadas pelo Município. Caso as medidas não estejam listadas no quadro, deverão acrescentar as linhas necessárias.

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL)

QUADRO III: EVOLUÇÃO PREVISIONAL DA RECEITA E DA DESPESA

Município:

Megasp

Valores apresentados em candidatura

Valores candidatura

Data:

Descrição	Valores apresentados em candidatura		Valores Executados 2012	Valores candidatura		Valores Executados 2013	Valores candidatura		Valores Executados 2014	Desvio face ao previsto	Observação / Justificação
	Valores apresentados			Valores estimados PAE	Valores estimados PAE		Valores executados PAE				
	2011	2012 total		2013		2014					
Receitas correntes	7.666.634,94	7.670.465,49	7.842.812,90	7.761.562,19	9.499.735,24	7.777.061,76	9.603.412,31	-1.826.350,55			
Impostos directos	770.830,49	742.648,74	730.359,94	812.154,70	1.244.062,77	880.404,60	1.448.784,61	-568.380,01			
IMI	514.117,73	511.739,04	505.337,46	616.235,39	915.436,69	677.858,93	1.077.911,68	-400.052,75			Aumento resultante da Avaliação Geral e aumento de taxa de 0,3 para 0,32.
IMT	126.784,05	90.223,83	61.506,40	63.392,03	86.926,01	63.392,03	162.156,07	-98.764,05			aumento de transações de imóveis
Derrama		0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00			
Outros	129.928,71	140.685,87	163.516,08	132.527,28	241.700,07	139.153,65	208.716,86	-69.563,21			Imposto Único de Circulação
Impostos indirectos	65.869,64	65.204,68	62.723,09	66.528,34	61.994,25	67.193,62	59.047,24	8.146,38			
Taxas, multas e outras penalidades	65.967,72	77.457,19	61.173,53	81.591,04	59.953,52	67.220,60	56.858,93	10.361,67			
Taxas	62.332,43	72.620,04	57.722,84	77.955,75	57.948,03	63.585,31	55.074,70	8.510,61			
Multas	3.635,29	4.837,15	3.450,69	3.635,29	2.005,49	3.635,29	1.784,23	1.851,06			
Rendimentos da propriedade	1.112.954,10	1.073.333,05	1.177.985,00	1.276.078,37	1.443.647,18	1.116.618,19	1.361.063,06	-244.444,87			Diminuição da renda referente a 2,5% da facturação do Parque Eólico do Alto Minho
Transferências correntes	4.853.963,22	4.661.386,01	4.736.505,11	4.727.285,21	5.854.136,24	4.727.285,21	5.729.729,76	-1.002.444,55			Aumento da componente corrente do Fundo de Equilíbrio Financeiro (OE)
Venda de bens e serviços correntes	787.055,41	977.970,13	987.481,27	786.924,53	787.410,50	908.339,54	870.824,71	37.514,83			
Venda de bens	415.627,77	391.466,43	344.291,54	377.049,51	341.659,66	346.991,99	372.922,08	-25.930,09			
Serviços	366.136,84	581.036,51	637.389,97	404.584,22	439.799,06	556.056,75	491.306,70	64.750,05			
Rendas	5.290,80	5.467,19	5.799,76	5.290,80	5.951,78	5.290,80	6.595,93	-1.305,13			
Outras receitas correntes	9.994,36	72.465,69	86.584,96	11.000,00	48.530,78	10.000,00	77.104,00	-67.104,00			
Receitas de capital	7.239.221,02	6.640.523,78	6.079.787,04	11.086.971,62	7.369.055,96	4.788.755,00	1.292.939,79	3.495.815,21			
Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	-12.000,00			
Terrenos							12.000,00	-12.000,00			
Habitacões								0,00			
Edifícios								0,00			
Outros bens de investimento								0,00			
Transferências de capital	7.080.535,48	5.939.841,50	5.379.365,83	8.390.251,37	4.030.249,78	4.780.755,00	1.257.206,29	3.523.548,71			Estagnação no QREN e transferências atrasadas dos fundos Comunitários
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	2.471.994,00	2.386.666,00	2.344.005,00	2.344.005,00	1.172.002,00	2.344.005,00	569.185,00	1.774.820,00			Diminuição da componente capital do Fundo de Equilíbrio Financeiro (OE)

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL)

QUADRO III: EVOLUÇÃO PREVISIONAL DA RECEITA E DA DESPESA

Município:

Matagar

Data:

Descrição	Valores apresentados em candidatura		Valores Executados 2012	Valores candidatura	Valores Executados 2013	Valores candidatura	Valores Executados 2014	Desvio face ao previsto	Observação / Justificação
	Valores apurados	2012 total		Valores estimados PAE		Valores estimados PAE			
				2013		2014			
Ativos financeiros	4.492,98	5.014,62	4.753,55	5.000,00	14.184,11	5.000,00	8.247,53	-3.247,53	
Passivos financeiros	90.000,00	687.987,58	687.987,58	2.684.720,25	3.257.480,00		0,00	0,00	
Outras receitas de capital	64.192,56	7.680,08	7.680,08	7.000,00	67.142,07	3.000,00	15.485,97	-12.485,97	
Rep. não abatidas nos pagamentos	189.897,83	35.911,95	35.911,95				5.304,49	-5.304,49	
Total receita	15.095.753,79	14.346.901,22	13.958.511,89	18.848.533,81	16.868.791,20	12.565.816,76	10.901.656,59	1.664.160,17	
Receitas correntes	7.666.634,94	7.670.465,49	7.842.812,90	7.761.562,19	9.499.735,24	7.777.061,76	9.603.412,31	-1.826.350,55	
Receitas de capital	7.239.221,02	6.640.523,78	6.079.787,04	11.086.971,62	7.369.055,96	4.788.755,00	1.292.939,79	3.495.815,21	
Despesas correntes	8.314.728,70	7.623.938,27	7.480.186,82	7.694.278,99	8.967.369,93	6.695.958,31	7.635.704,25	-939.745,94	
Despesas com o pessoal	4.917.826,37	4.431.437,59	4.204.516,02	4.229.472,35	4.767.555,26	4.148.032,39	4.584.277,87	-436.245,48	
Remunerações certas e permanentes	3.769.467,97	3.588.955,66	3.413.149,63	3.427.393,94	3.621.800,16	3.386.781,28	3.495.104,57	-108.323,29	
Abonos variáveis ou eventuais	77.208,82	66.239,31	57.644,23	40.352,81	75.519,60	19.195,25	57.369,26	-38.174,01	
Segurança social	1.071.149,58	776.242,62	733.722,16	761.725,60	1.070.235,50	742.055,86	1.031.804,04	-289.748,18	Aumentos dos encargos de entidade com a CGA
Aquisição de bens e serviços	2.040.673,94	1.859.673,94	1.928.320,77	2.130.389,51	3.237.034,23	1.342.808,18	2.430.238,89	-1.087.430,71	
Aquisição de bens	557.069,99	550.943,12	504.539,69	709.716,35	835.588,62	431.185,43	499.882,80	-68.697,37	Parte de despesa do ano anterior
Aquisição de serviços	1.483.603,95	1.308.730,82	1.423.781,08	1.420.673,16	2.401.445,61	911.622,75	1.930.356,09	-1.018.733,34	Aumento nos encargos de cobrança de receita e Contrato programa com empresa municipal de prestação de serviços (diminuição nos subsídios)
Juros e outros encargos	333.599,97	400.119,34	389.259,19	372.395,95	299.682,71	339.387,03	175.949,22	163.437,81	
Resultantes do PAEL			0,00	41.146,50	21.951,99	51.136,39	48.160,01	2.976,38	Diminuição das indexantes das taxas de juro
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	187.254,98	185.103,43	128.794,11	152.113,00	97.315,08	152.250,64	96.166,56	56.084,08	Diminuição das indexantes das taxas de juro
Resultantes de endividamento de curto prazo	146.344,99	215.015,91	260.465,08	179.136,45	180.415,64	136.000,00	31.622,65	104.377,35	
Transferências correntes	415.039,29	253.057,92	279.771,25	308.254,14	417.105,54	249.391,92	320.775,06	-71.383,14	
Empresas públicas municipais e intermunicipais							0,00		
Freguesias	52.339,60	30.011,80	33.742,60	43.466,43	39.379,46	40.825,43	29.328,72	11.496,71	Delegação de competências de Transportes Escolares abaixo do estimado
Associações de municípios	39.460,00	48.000,00	38.000,00	60.069,49	72.151,23	42.919,54	51.563,62	-8.644,08	Pagamento devido pela transferencia de dívida do ano anterior

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL)

QUADRO III: EVOLUÇÃO PREVISIONAL DA RECEITA E DA DESPESA

Município:

Malgosa

Data:

Descrição	Valores apresentados em candidatura		Valores Executados 2012	Valores candidatura	Valores Executados 2013	Valores candidatura	Valores Executados 2014	Deavio face ao previsto	Observação / Justificação
	Valores apresentados em candidatura			Valores estimados PAP		Valores estimados PAP			
	2011	2012 total		2013		2014			
Activos financeiros	33.150,00	11.475,00	23.424,18	20.000,00	7.650,00	20.000,00	17.984,10	2.015,90	
Passivos financeiros	1.436.482,56	1.400.681,46	2.041.857,88	1.449.925,80	1.997.347,79	1.365.621,66	1.161.660,73	203.960,93	
Resultantes do PAEL			0,00	152.169,02	75.183,08	152.169,02	150.366,16	1.802,86	
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	1.346.482,56	712.693,88	1.353.870,30	1.297.756,78	1.324.164,71	1.213.452,64	1.011.294,57	202.158,07	
Resultantes de endividamento de curto prazo	90.000,00	687.987,58	687.987,58		598.000,00		0,00	0,00	
Outras despesas de capital			0,00		0,00		0,00	0,00	
Total despesa	14.710.150,62	14.711.499,35	14.526.704,29	18.614.724,57	16.749.926,64	12.595.079,97	11.174.603,95	1.420.476,02	
Despesa corrente	8.314.728,70	7.623.938,27	7.480.186,82	7.694.278,99	8.967.369,93	6.695.958,31	7.635.704,25	-939.745,94	
Despesa de capital	6.395.421,92	7.087.561,08	7.046.517,47	10.920.445,58	7.782.556,71	5.899.121,66	3.538.899,70	2.360.221,96	
Saldo (Receita - Despesa)	385.603,17	-364.598,13	-568.192,40	233.809,24	118.864,56	-29.263,21	-272.947,36	243.684,15	

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL)

QUADRO IV: MAPA PREVISIONAL DA EVOLUÇÃO DÍVIDA POR CURTO E MÉDIO E LONGO PRAZO E DO SERVIÇO DA DÍVIDA DE EMLP (DÍVIDA EM 31 DE DEZEMBRO)

Município:

Melgosa

MAPA PREVISIONAL DA EVOLUÇÃO DÍVIDA POR CURTO E MÉDIO E LONGO PRAZO (euros)											
Descrição	Valores apresentados em candidatura		Valores Executados 2012	Valores candidatura		Desvio	Valores candidatura		Valores Executados 2014	Desvio	Observação / Justificação
	2011	2012		2013	2013		2014	2014			
Dívida de Curto prazo	6.784.877	5.799.943	7.670.162	4.849.868	3.024.323	-1.825.543	3.805.892	4.441.571	686.479		
Empréstimos de CP											
Empréstimos de MLP - Valor exigível a CP			1.902.615			0				0	
Outra	6.784.877	5.799.943	6.367.547	4.849.868	3.024.323	-1.825.543	3.805.892	4.441.571	635.679		
Fornecedores c/c	2.638.109	2.047.827	2.439.111	1.660.510	1.720.963	60.453	1.217.702	1.644.124	426.423		
Fornecedores de imobilizado c/c	3.629.582	3.036.235	3.854.173	2.580.270	759.493	-1.820.777	2.035.833	928.571	-1.107.262		
Estado e Outros Entes Públicos	81.036	97.064	74.263	98.000	80.968	-17.033	98.000	135.575	37.575		
Clientes, contribuintes e utentes			0			0			0		
Administração autárquica			0			0			0		
Outros credores	436.151	618.817				0			0		
Subtotal Curto prazo	6.784.877	5.799.943	7.670.162	4.849.868	3.024.323	-1.825.543	3.805.892	4.441.571	635.679		
Dívida de Médio e longo prazo	9.913.459	8.562.953	7.260.339	9.888.557	9.823.086	-65.471	8.508.443	8.661.425	152.982		
Empréstimos	9.913.459	8.562.953	7.260.339	9.888.557	9.823.086	-65.471	8.508.443	8.661.425	152.982		
No âmbito do PAEL											
Outros empréstimos de médio/longo prazo	9.913.459	8.562.953	7.260.339	9.888.557	9.823.086	-65.471	8.508.443	8.661.425	152.982		
Outra	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Fornecedores c/c											
Fornecedores de imobilizado c/c											
Estado e Outros Entes Públicos											
Clientes, contribuintes e utentes											
Administração autárquica											
Outros credores											
Subtotal Médio e longo prazo	9.913.459	8.562.953	7.260.339	9.888.557	9.823.086	-65.471	8.508.443	8.661.425	152.982		
Total da dívida	16.698.337	14.362.896	14.930.500	14.738.425	12.847.410	-1.891.014	12.314.335	13.102.996	788.661		
Dívida referente a operações de tesouraria e, se refletidas patrimonialmente, a cauções e garantias prestadas por terceiros	556.749	563.870		560.000	592.152	32.152	560.000	584.490	24.490		
Total da dívida de natureza orçamental	16.141.587	13.799.026	14.930.500	14.178.425	12.255.258	-1.923.167	11.754.335	12.518.506	764.171		

MAPA PREVISIONAL DA EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DE EMLP																		
Descrição	Valores apresentados em candidatura				2012		Valores candidatura		2013		Desvio		Valores candidatura		2014		Desvio	
	2011		2012		2012		2013		2013		Desvio		2014		Desvio			
	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros				
SERVIÇO DA DÍVIDA EMLP																		
No âmbito do PAEL							152.168	41.147	75.183	21.952	-76.985	-19.195	152.169	51.137	150.366	48.160	-1.803	-2.977
Outros empréstimos de médio/longo prazo	1.346.483	187.255	1.349.650	185.103	1.353.870	128.794	1.297.757	152.113	1.324.165	97.315	26.408	-54.798	1.213.453	152.251	1.011.295	96.167	-202.156	-56.084
Total	1.346.483	187.255	1.349.650	185.103	1.353.870	128.794	1.449.925	193.260	1.399.348	119.267	-80.577	-73.993	1.365.622	203.388	1.161.661	144.327	-203.561	-89.061

ANEXO AO RELATORIO DE GESTAO 2014

REGRA DO EQUILIBRIO ORÇAMENTAL
CALCULO DAS AMORTIZAÇÕES MEDIAS

(n.º 4 do artigo 40º e artigo 83º da Lei n.º 73/2013 de 03 de Setembro)

Nº Contrato Empréstimo	Empréstimo	Datas				Nº de Anos em 1/Jan/2014		Capital		Encargos 2013		Capital em Dívida 2013		Amortização Média do Empréstimo
		Aprovação pela AM	Celebração do Contrato	Tribunal de Contas (visto)	Prazo de vencimento do contrato (em anos)	Decorridos	Remanescentes	Contratado	Contratado/ Utilizado	Amortização	Juros	Início do Ano	Final do Ano	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)-(5)-(6)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)-(12)-(10)	(14)=(13)/(17)	
1	Caixa Geral de Depósitos Emp. nº 0456/000394/6/91	19/04/1997 04/04/1998	06-08-1998	21-07-1998	15	15	0	1.246.995,00 €	1.246.995,00 €	55.857,63 €	44,58 €	55.857,63 €	0,00 €	0,00
2	Caixa Geral de Depósitos Emp. nº 0456/000372/5/91	30/12/1994 04/04/1998	06-08-1998	21-07-1998	15	15	0	1.741.333,00 €	1.741.333,00 €	53.926,97 €	96,74 €	53.926,97 €	0,00 €	0,00
3	Caixa Geral de Depósitos Emp. nº 0456/000398/9/91	04/04/1998	24-06-1998	18-06-1998	15	15	0	1.234.026,00 €	1.234.026,00 €	99.960,77 €	1.058,71 €	150.285,71 €	50.324,94 €	50.324,94
4	Caixa Geral de Depósitos Emp. nº 0456/000410/1/91	27/02/1999	06/04/1999	26/03/1999	16	14	2	1.246.995,00 €	1.246.996,00 €	98.798,23 €	1.711,89 €	231.855,70 €	133.057,47 €	66.528,74
5	Caixa Geral de Depósitos Emp. nº 0456/000420/9/91	26/02/2000	15/03/2000	10/03/2000	16	13	3	623.497,00 €	623.497,00 €	47.365,34 €	157,12 €	154.144,07 €	106.778,73 €	35.592,91
6	Caixa Geral de Depósitos Emp. nº 0456/000421/7/91	09/12/2000	29/12/2000	28/12/2000	20	13	7	1.496.394,00 €	1.496.394,00 €	99.895,10 €	5.949,01 €	765.534,40 €	665.639,30 €	95.091,33
7	Banco Português de Investimento Emp. nº 1664594-830-002	26/02/2000	28/02/2000	10/03/2000	16	13	3	623.497,00 €	623.497,00 €	47.290,28 €	158,02 €	153.901,12 €	106.610,84 €	35.536,95
8	Caixa Geral de Depósitos Emp. nº 9015/002248/3/91	30/06/2001	12/07/2001		20	12	8	299.278,74 €	299.278,74 €	18.432,32 €	518,59 €	163.371,27 €	144.938,95 €	18.117,37
9	Banco Espírito Santo Emp.º de 407.308.39€	30/06/2002	12/07/2002	09-08-2001	25	11	14	407.308,39 €	407.308,39 €	19.737,99 €	589,11 €	269.447,46 €	249.709,47 €	17.836,39
10	Banco Comercial Português Emp. nº 4484351	11-05-2002	22-05-2002	29-05-2002	20	11	9	2.064.125,00 €	2.064.125,00 €	123.464,17 €	16.240,71 €	1.243.780,57 €	1.120.316,40 €	124.479,60
11	Caixa Geral de Depósitos Emp. nº 9015/003247/0/91	28-09-2002	03-10-2002	18-12-2002	20	11	9	2.000.000,00 €	2.000.000,00 €	118.300,35 €	19.296,51 €	1.271.656,55 €	1.153.356,20 €	128.150,69
12	Caixa Geral de Depósitos Emp. nº 9015/003733/2/91	02-08-2003	30-07-2003	02-10-2003	20	10	10	586.430,00 €	586.430,00 €	37.080,34 €	5.241,21 €	388.785,39 €	351.705,05 €	35.170,51
13	Banco Português de Investimento Emp. nº 1664594-830-003	27-09-2003	01-10-2003	04-12-2003	20	10	10	86.052,00 €	86.052,00 €	5.007,68 €	579,40 €	58.493,03 €	53.485,35 €	5.348,54
14	Banco Português de Investimento Emp. nº 1664594-830-004	26-07-2004	09-08-2004	30-09-2004	20	9	11	648.397,00 €	648.397,00 €	36.022,04 €	2.745,39 €	432.264,48 €	396.242,44 €	36.022,04
15	Banco Português de Investimento Emp. nº 1664594-830-007	20-11-2004	09-11-2004	13-01-2005	20	9	11	34.262,00 €	34.262,00 €	1.965,46 €	120,85 €	24.607,89 €	22.642,43 €	2.058,40
16	Banco Espírito Santo Emp. de 270.750,00€	20-11-2004	08-11-2004	24-02-2005	20	9	11	270.750,00 €	270.750,00 €	14.197,40 €	915,95 €	198.108,81 €	183.911,41 €	16.719,22
17	Caixa Geral de Depósitos Emp. nº 9015/004298/0/91	30-04-2005	03-05-2005	01-06-2005	20	8	12	712.209,00 €	712.209,00 €	26.984,31 €	1.315,46 €	342.792,78 €	315.808,47 €	26.317,37
18	Banco Português de Investimento Emp. nº 1664594-830-016	24-09-2005	29-09-2005	07-10-2005	20	8	12	49.669,00 €	49.669,00 €	2.828,56 €	134,55 €	37.596,48 €	34.767,92 €	2.897,33
19	Banco Bilbao Vizcaya Argentaria Emp. de 901.247,00€	24-06-2006	07-08-2006	24-08-2006	20	7	13	901.247,00 €	901.247,00 €	50.490,61 €	2.078,74 €	716.654,21 €	666.163,60 €	51.243,35
20	CCAM PREDE	27-12-2008	10-03-2009	18-06-2009	5	5	0	1.615.119,00 €	1.615.119,00 €	348.230,12 €	2.160,30 €	435.674,58 €	87.444,46 €	87.444,46
21	Estado Português PREDE	27-12-2008	06-04-2009	18-06-2009	10	5	5	1.076.745,00 €	1.076.745,00 €			1.076.745,00 €	1.076.745,00 €	215.349,00
22	Caixa Geral de Depósitos Emp. de 368.423.26€ - CEV(6623)	28-11-2009	04-03-2010	12-03-2010	20	4	16	368.423,26 €	368.423,26 €	17.038,90 €	6.129,36 €	337.469,44 €	320.430,54 €	20.026,91
23	CCAM Escola Superior de Desporto	28-09-2012	02-11-2012	10-01-2013	20	1	19	554.354,00 €	554.354,00 €	1.290,14 €	30.072,88 €		553.063,86 €	29.108,62
24	Emprestimo PAEL	28-09-2012	16-11-2012	02-04-2013	14	1	13	2.322.373,83 €	2.105.126,00 €	75.183,08 €	21.951,99 €	0,00 €	2.029.942,92 €	156.149,46
TOTAL													1.255.514,11	

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se a seguinte aplicação do resultado líquido do exercício de 2014 no montante de 760.874,45 €, de acordo com o definido no ponto 2.7.3. do DL 54-A/99 de 22 de Fevereiro com as respectivas rectificações:

Após a transferência do Resultado Líquido do Exercício para a conta 59 "Resultados Transitados", a distribuição do saldo existente da seguinte forma:

- reforço do património até que o valor contabilístico da conta 51 – Património corresponda a 20% do Activo Líquido
- constituir o reforço anual da conta 571 – Reservas Legais no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.
- reforço das reservas livres pelo montante do valor remanescente.

O Presidente da Câmara Municipal

Manoel Batista Calçada Pombal